

**COMISSÃO DE CULTURA E  
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.**

**C  
C  
E  
X**

**ATA**

---

**32ª Sessão Extraordinária.**

**FDRP**



1 **ATA DA 32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA AMPLIADA DA COMISSÃO DE**  
2 **CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA FACULDADE DE DIREITO DE**  
3 **RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Aos quatro dias do mês  
4 de maio de dois mil e dezesseis, às 12h00, na Sala da 32, do Bloco C, da Faculdade de  
5 Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, reúne-se a Comissão de Cultura e  
6 Extensão Universitária da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, sob a presidência da  
7 Professora Doutora Fabiana Cristina Severi. Presentes, a Professora Doutora Cristina  
8 Godoy Bernardo de Oliveira, o Professor Doutor Daniel Pacheco Pontes e o Representante  
9 Discente Kaleo Dornaika Guaraty. Havendo número legal, a Sra. Presidenta declara abertos  
10 os trabalhos e inicia a **reunião**. Profa. Fabiana explica que o convite para a realização dessa  
11 reunião ampliada da Comissão de Cultura e Extensão da FDRP, foi aprovado na última  
12 reunião da Comissão, com base em suas competências institucionais, dispostas na  
13 Resolução CoCEX nº 5.006, de 25.03.2003, para formulação das diretrizes e políticas  
14 próprias da Unidade para cultura e extensão universitária. Nesse sentido, a comissão  
15 verificou e considerou que a Unidade está num momento propício para que se possa  
16 formular essas diretrizes, tendo em vista o amplo processo de debate e discussão para a  
17 formulação de uma proposta de revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso.  
18 Além disso, a partir de informações da Comissão de Graduação e dos próprios colegiados da  
19 Unidade, esse processo tende a se finalizar em breve. Considerando os marcos teóricos  
20 trazidos para essa discussão, e mesmo não havendo um documento já formalizado, já se  
21 percebe um sentido de Projeto Político Pedagógico em curso na Unidade, ou seja, verificam-  
22 se sinais de que a comunidade acadêmica já amadureceu para que se possa refletir então,  
23 em como efetivar suas ideias, principalmente no caso da extensão. Profa. Fabiana explica  
24 que todos os documentos que serão citados e produzidos ao longo do processo de revisão e  
25 avaliação do PPP apontam, talvez, alguns desafios para a extensão. Além disso, como se está  
26 em período de fim do semestre, e em vez de aguardar a retomada da discussão sobre  
27 extensão somente após a finalização do PPP, essa discussão talvez se inicie apenas no  
28 próximo ano. Então, esse assunto é colocado agora em discussão para que a comunidade  
29 pense sobre a formulação dessas diretrizes, paralelamente ao processo de aprovação do PPP  
30 nas instâncias finais, de modo que esses assuntos procedam concomitantemente. Nesse  
31 sentido, considerando essa diretriz específica para extensão e cultura universitária da  
32 Unidade, como qualquer outra diretriz educacional, estamos diante da formulação de uma  
33 política educacional. Assim, considerando que a Unidade já vive um modelo de formulação  
34 da atual política educacional, que é o PPP, em termos de metodologia para que se comece



35 na formulação dessa diretriz, Profa. Fabiana propõe adotar o método do ciclo de políticas.  
36 Assim, reflete-se sobre a formulação das diretrizes de modo articulado a quatro passos,  
37 estando a Comissão vinculada a pensá-las de maneira cíclica e marcada por quatro passos  
38 básicos: primeiro, a formulação da agenda, que é este momento, no qual já há um conjunto  
39 de problemáticas, desafios e formulações apontados pelo PPP, que dão substâncias para a  
40 construção de determinadas perguntas que serão base para essa diretriz. Assim, já existe  
41 uma reflexão e é de conhecimento a necessidade de se “tirar do papel” o que se espera da  
42 extensão e para refletir sobre sua diretriz. Segundo, a formulação que é a proposta de  
43 formular essa diretriz e aprová-la até o final do ano, ou seja, fazer isso num período de, no  
44 máximo, quatro a seis meses. Terceiro, a implementação, de modo que a Comissão pense  
45 estratégias para implementação e após, a comissão refletir sobre uma avaliação. Assim,  
46 semelhante ao PPP, tentar-se-á realizar esse ciclo por quatro anos. O RD Kaleo questiona  
47 qual o sentido do termo “política” que está sendo utilizado. Profa. Fabiana explica que não é  
48 o mesmo sentido de política partidária. No contexto de políticas educacionais, refere-se a  
49 uma reflexão resultado da participação de todos os sujeitos e atores implicados em  
50 determinado contexto. Por exemplo, quando se afirma que o PPP é uma política  
51 educacional, há metas e intenções declaradas por agentes de Estado, ou seja, governo, e  
52 assim há legislação que está definindo. Assim, ao tratar de política se está refletindo em  
53 ações no presente com ideia de futuro, com ideia de finalidade. Esse horizonte não é  
54 construído por apenas uma pessoa, é construído por um conjunto diversificado de sujeitos  
55 que, ao mesmo tempo em que formulam, são aqueles sobre os quais também recai o que foi  
56 formulado. Assim, não há realização de modo passivo, isto é, “político” significa que esse  
57 documento não será resultado de apenas um agente, uma pessoa, ou um grupo apenas, e  
58 não deve ser reflexo do presente. Esse documento tem base no passado, que tende a se  
59 aplicar no presente, mas com metas a serem cumpridas. Assim, ele possui um horizonte de  
60 trajetória. É uma ação refletida, ou seja, envolve a reflexão das pessoas. Ao refletir sobre,  
61 verifica-se que há divergências, reconhece-se que há conflitos, disputas. E dentro desses  
62 conflitos e disputas tentar-se-á chegar a acordos de curto, médio e longo prazo. Isso é um  
63 projeto político. Prof. Nuno explica que o PPP precisa de políticas de extensão, pois a  
64 política é percebida nessa perspectiva política-normativa. É necessário que haja bases a  
65 partir das quais as decisões sejam tomadas, porque onde não há política, a Comissão de  
66 Extensão, por exemplo, decide a cada reunião como procederá. Dessa forma, as políticas são  
67 o conjunto de princípios que levarão à finalidade. Profa. Fabiana complementa que quando  
68 existe uma diretriz lastreia-se o que está contido no documento. Dessa forma, não se reduz



69 apenas à circunstância. Por exemplo, as reuniões da CCEX não serão realizadas apenas para  
70 aprovar protocolo, poder-se-á pensar, dentro do que se propôs no PPP, o que está sendo  
71 alcançado e o que não está sendo alcançado e por que, colocando os sujeitos a refletir dentro  
72 das metas que devem ser cumpridas, e as estratégias de como cumpri-las. Sra. Presidenta  
73 reflete sobre qual seria a vantagem em utilizar a metodologia do Ciclo de Políticas. Embora  
74 as experiências sejam diversificadas, a comunidade acadêmica de maneira geral é bastante  
75 familiarizada com esse modelo. É o modelo mais tradicional para se pensar no modelo de  
76 políticas educacional. Além disso, diminui-se a chance de pensar em estratégias ou  
77 princípios de maneira circunstancial, ou ao acaso, pois quando essa formulação é  
78 construída com base em um diagnóstico prévio, que é a agenda, compreendendo que tudo  
79 isso depois será avaliado ao final do ciclo, concebe-se uma visão macro e diminui-se a  
80 chance de ações por circunstância, ou por conveniência, ou pelo desejo de determinada  
81 pessoa. Lastreia-se assim de modo mais amplo. Ademais, diante do conhecimento desse  
82 processo, tendem a fazer o processo de modo mais rápido. Por outro lado, a desvantagem é  
83 que dependendo da perspectiva metodológica adotada, ela pode ser reducionista. Pode-se  
84 atingir todas as metas, como diagnóstico, agenda, formulação, implementação e avaliação  
85 de um modo mecânico. Profa. Fabiana lembra que como avaliadora do MEC, as vezes, ao  
86 realizar as visitas, verificava os relatórios dos ciclos de política sendo realizados, mas se  
87 perguntava se os sujeitos realmente participaram de todo o processo, pois ao perguntar  
88 para os próprios atores, alunos e professores, sabe-se que eles não participaram daquilo  
89 inteiramente. Assim, dependendo do viés, pode haver apenas o cumprimento burocrático,  
90 reduzindo a complexidade desse processo, que é um processo conflituoso e de disputas.  
91 Enfim, a maior desvantagem é que dependendo da técnica utilizada talvez não se consiga ler  
92 a natureza complexa e controversa do que é formular uma política educacional. Por isso,  
93 Profa. Fabiana reforça que tentou trazer alguns referências teóricos que tendem a enfrentar  
94 essa desvantagem para se pensar a formulação de uma política educacional por meio de  
95 ciclos. Como referência, Mainardes que é o mais conhecido, em vez de falar de “etapas desse  
96 ciclo”, ele usa o termo “trajetória das políticas” que seria marcada por três passos: primeiro,  
97 a análise do contexto de influências, ou seja, que influências externas, macro e micro,  
98 determinados atores ou política estão recebendo. “O contexto da produção do texto é um  
99 momento favorável ou não”? Para esse questionamento, a leitura da comissão foi a de que  
100 nesse momento a faculdade esteja num momento favorável à produção de um texto de  
101 diretrizes, talvez, em relação a outros momentos. Segundo, no contexto da prática, significa  
102 como que o texto produzido passará por disputas internas para sua validade, ou não, e a



103 partir de então, analisa-se o contexto novamente e se inicia um novo ciclo. De acordo com  
104 Mainardes, quando altera a ideia de “ciclo” como etapa para “trajetória”, a mudança desse  
105 termo, destaca a natureza complexa da política educacional, enfatiza os processos  
106 micropolíticos e as ações dos profissionais que lidam com as políticas no nível local. Assim,  
107 quando se faz uma política não significa que ela “sairá do papel” e acontecerá conforme  
108 descrito. Muito pelo contrário, depois das diretrizes formuladas, as disputas que atuaram  
109 para a conformação dessa política ainda continuam atuando logo depois, seja para legitimar  
110 determinados pontos, seja para deslegitimar outros. Assim, há presença do conceito  
111 “político”, pois há essa dinâmica. Ainda na ideia de vantagem quando se pensa em  
112 trajetória, o contexto da prática exige a análise de como a política é reinterpretada pelos  
113 profissionais que atuam no nível micro e ainda nas relações de poder e resistências, tanto  
114 no contexto macro e micro. As relações de poder são particularmente significativas para se  
115 entender a política do programa. Nesse sentido, é possível que seja feita uma diretriz  
116 exemplar, ou um documento de referência mundial, mas esse documento pode sofrer tanta  
117 resistência ou ser tão inaplicável por conta da realidade concreta dos sujeitos, que na  
118 prática as resistências serão muito maiores e não o documento não sairá do papel. Assim,  
119 nessa construção é preciso o dimensionamento do que é factível, considerando o acúmulo  
120 de conhecimento do que já existe na faculdade, e do que se sabe que é possível, ou não.  
121 Outra abordagem também utilizada, além dos três modelos de agenda, implantação e  
122 avaliação, é necessário considerar, ao tratar, por exemplo, de PPP ou diretriz, que há pelo  
123 três documentos em disputa, ao tempo todo: a política proposta, a política de fato e a  
124 política em uso. A política proposta significa que existem intenções, por exemplo, de Estado  
125 brasileiro, de governo estadual de São Paulo, de USP como instituição macro que abarca a  
126 FDRP, documentos da FIESP ou do MST, ou seja, documentos que possuem sonhos de  
127 diretrizes de ideais de extensão sobre o que um curso de direito de uma universidade  
128 pública deveria fazer. A política de fato é aquilo que será feito e que já existe um pouco  
129 delineado no PPP, é o documento base. Mas esse documento pode existir e as pessoas  
130 operarem em outro documento informal, que é a política em uso na prática. O desafio é que  
131 esse documento dialogue com as políticas propostas macro, mas que as políticas de fato e de  
132 uso não sejam muito distantes entre si. Assim é preciso elaborar um documento com o qual  
133 seja possível operar e que também seja a política em uso. Outro cuidado durante esse  
134 processo é se considerar os impactos das políticas sobre grupos específicos, o que é uma  
135 tendência de alguns estudos sobre políticas educacionais. Como exemplos de marcadores  
136 podem ser citados: gênero, sexo, raça, necessidades especiais, classe social e origem



137 territorial. Assim é necessária a operacionalização desse documento, pensando que os  
138 alunos, os professores e funcionários não são seres abstratos, são seres concretos, e,  
139 portanto, haverá impactos de maneira diferenciada de acordo com os grupos. Ademais, é  
140 necessária também uma leitura no contexto global, já que a universidade possui o ideal de  
141 internacionalização, a Unidade não está separada dessa realidade. Assim, essa foi então a  
142 referência bibliográfica para se refletir sobre qual seria a base para pensar esse ciclo para a  
143 formulação da diretriz. Além disso, o que foi considerado que permite haver uma agenda  
144 que favorece a criação desse documento: primeiramente, foi concluído um Ciclo de  
145 Avaliação Institucional da USP, como um todo, e já existem documentos com diagnósticos  
146 da nova avaliação, assunto que a Congregação começará a discutir em maio. Assim, a USP  
147 está entrando em um processo que está recebendo alguns resultados da avaliação que  
148 ocorreu no final de 2015, por profissionais externos à USP, alguns professores de outros  
149 países e, desse modo, já existem alguns referenciais que permitem refletir sobre o papel e  
150 ações da Comissão de Cultura e Extensão. Outro documento a ser considerado também é a  
151 avaliação da implementação do curso, que foi o documento que subsidiou o PPP, no qual  
152 existe uma parte que trata sobre extensão. Outro documento importante também é o  
153 projeto do PPP que está sendo finalizado, dentro do qual é possível que já existam projetos  
154 específicos de extensão em curso, sendo acompanhados pela Comissão de Extensão, ainda  
155 que sejam circunstanciais e dependentes das condições e disponibilidade de docentes  
156 específicos. Alguns projetos já são consolidados e outros estão em fase de consolidação, o  
157 que permite que sejam avaliados, como por exemplo, o NAJURP, o Direito e Cinema e os  
158 Cursos de Especialização, ou seja, há várias atividades que podem ser analisadas para se  
159 verificar o que a Unidade está produzindo. Ademais, a partir da leitura do documento do  
160 PPP, verifica-se o aumento da demanda por extensão, já que ela passa a ser um eixo  
161 importante, que passa por uma valorização e a mudança do lugar da extensão no PPP da  
162 FDRP. Assim, considerando-se essa possível mudança faz-se necessário pensar sobre suas  
163 diretrizes a partir de agora. Considerando essa agenda, a metodologia que se sugere para  
164 começar é que, primeiro, em vez de montar outra comissão para realizar esse processo,  
165 adotar a técnica de comissão ampliada da extensão, ou seja, as datas da reunião da  
166 Comissão de Extensão serão datas divulgadas para toda a comunidade. Na reunião da CCEX  
167 há um período dos trabalhos internos, no qual há aprovação dos relatórios, e após a  
168 finalização dessa pauta interna, na mesma sessão da Comissão abre-se a reunião para  
169 membros externos para debates e formulação dessa diretriz. Como essa comissão já possui  
170 datas pré-definidas a própria comunidade já possui uma expectativa sobre quais serão essas



171 datas, de modo que já é possível prever as datas das próximas reuniões. E deve haver um  
172 mês no qual se proponha finalizar esses trabalhos, por exemplo, em torno de outubro. Além  
173 disso, nesse meio tempo, de dois a quatro meses, essa comissão ampliada deve realizar, pelo  
174 menos, dois eventos de debates mais amplos, em algum momento do período letivo do ano,  
175 nos quais sejam apresentados primeiramente diagnósticos e no segundo momento, o  
176 documento que está em discussão. Esses momentos serão curtos, mas o objetivo é efetivar a  
177 participação ampla das pessoas e tudo deve resultar em um documento público. Assim, a  
178 partir dessa formulação, o mandato dessa comissão pode também pensar em indicadores  
179 prontos para que quando os novos membros da Comissão estiverem não precisar iniciar o  
180 trabalho do “zero”, podendo avaliar com base em indicadores a serem formulados por essa  
181 comissão em vigor. Profa. Fabiana questiona aos presentes a avaliação sobre o pressuposto,  
182 sobre a metodologia que será adotada e se concordam com a existência de uma agenda e um  
183 movimento favorável, ou não. O RD Kaleo questiona o motivo da criação da comissão  
184 ampliada. Profa. Fabiana explica que a formulação da diretriz é uma responsabilidade da  
185 Comissão de Extensão, que é um dos primeiros incisos da resolução que dispõe sobre os  
186 objetivos da comissão, esse é um prioritário. Além disso, como os docentes, discentes e  
187 funcionários possuem uma agenda difícil, com muitas responsabilidades, essa é uma forma  
188 de implicar todos os membros da comissão nesse processo de formulação dessas diretrizes,  
189 de modo a viabilizar no mesmo encontro essa participação. O RD Kaleo questiona o  
190 significado do termo “comissão ampliada”. Profa. Fabiana explica que significa garantir o  
191 conhecimento das outras partes e membros para que participem da reunião, mas o direito  
192 de deliberação ainda se mantém na comissão. Então a participação e o chamado para o  
193 envolvimento é de toda a comunidade, mas a decisão, o voto continua formalmente da  
194 Comissão de Extensão. Kaleo justifica seu questionamento tendo em vista o Estatuto da  
195 USP que dispõe sobre um número fixo de representantes. Prof. Caio lembra que a sua  
196 experiência de comissão ampliada realizada na Unidade, ocorreu no caso da comissão de  
197 discussão sobre o PPP, a partir da qual é possível buscar ampliar os inputs de informação e  
198 de interesses. Prof. Caio aponta que há um problema político enfrentado no PPP, mas que  
199 por outro lado também há promoção de ganhos. Observa que é importante a diferenciação  
200 entre prática da discussão e prática da deliberação, uma vez que a Comissão Ampliada não  
201 pressupõe que as discussões da reunião serão decididas por quem não possui o assento  
202 regular eleito na comissão. Além disso, é necessário que haja aprovação do documento por  
203 outras comissões e, por fim, pela congregação. Em resumo, a deliberação é um ponto, a  
204 discussão e o debate sobre os temas que irão compor esse documento podem e devem



205 manter-se separados, do ponto de vista uma maior abertura e ampliação da discussão.  
206 Profa. Fabiana concorda e pondera que há vários estudos sobre ações participativas e  
207 democráticas que mostram, por exemplo, que mesmo que os membros estejam na Comissão  
208 por eleição de seus pares, há diferenças quando o representante está atuando apenas junto  
209 aos membros da comissão, e quando há acompanhamento pela base. Além disso, com maior  
210 número de pessoas participando, no momento da implementação não compete apenas à  
211 Comissão capacitar as pessoas quanto ao que foi definido aconteça, de modo a ser possível  
212 se contar com a colaboração de um grupo maior de pessoas, que se sentiram implicadas  
213 nessa realidade. Assim, não precisa ficar apenas a cargo da Comissão de Graduação a  
214 implementação das diretrizes do PPP, há uma comunidade mais ampla que também está  
215 envolvida com isso. Dentro do contexto dos documentos base da discussão, Prof. Nuno  
216 lembra-se dos documentos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Cultura e Extensão, pois  
217 é um Fórum de 25 anos que obteve muitos avanços. Porém esses avanços não foram  
218 acompanhados pela USP, que ainda mantém o conceito de extensão ligado à assistência,  
219 embora esse vocabulário já tenha sido reconstruído há muito tempo no âmbito do Fórum  
220 das Públicas. Prof. Nuno observa que a USP participa desse fórum, mas participa pouco.  
221 Prof. Nuno ainda explica, quanto ao PPP, que há algumas demandas existentes, dentre as  
222 quais se verificou: a extensão continua sendo uma optativa livre, não é uma atividade  
223 obrigatória como gostaria que fosse, mas a decisão da comunidade é para que nem  
224 pesquisa, nem extensão sejam atividades obrigatórias. Ademais, a ideia de ampliação é  
225 verificada no fato de que não somente os oito créditos podem ser validados, mas até trinta e  
226 seis créditos dessa natureza podem ser validados. Desde o segundo até o décimo semestre é  
227 possível adquirir créditos de extensão. No campo da política não houve muita mudança,  
228 houve apenas a inserção da extensão dentro da sala de aula. Já quanto ao financiamento da  
229 extensão Prof. Nuno pondera que é preciso refletir, por exemplo, sobre a distribuição das  
230 bolsas de extensão, para que haja bolsas de extensão também concedidas para atividade  
231 realizadas em sala de aula. Ao se criar um projeto de extensão deve haver um campo onde  
232 se informe que o projeto de extensão será integrado com ensino, ou com pesquisa, ou em  
233 laboratório específico, informando também o nome da disciplina. Prof. Nuno também  
234 acredita que, nesse contexto, o financiamento deveria ser priorizar projetos que promovam  
235 essa integração. Por fim, dentre as grandes diferenças está na superação do voluntarismo  
236 que traz a fragmentação da extensão. A extensão hoje é feita com base na vontade do  
237 professor em fazer um projeto, em suas vontades, e assim, os projetos não possuem relação  
238 uns com os outros. De acordo com a política nacional, os projetos desenvolvem-se





239 articulados a programas, e nas universidades federais, o financiamento e as bolsas  
240 favorecem o desenvolvimento de projetos não isolados, que se integram em programas de  
241 extensão e demais projetos. Saulo Simon Borges questiona sobre a composição da comissão.  
242 Profa. Fabiana responde que há três docentes e um representante discente. Explica que se  
243 preocupa com a composição da comissão, tendo em vista que nem todas as comissões da  
244 FDRP respeitam as regras de composição. Saulo ainda observa a falta de representação de  
245 funcionários, de modo que na formulação de políticas é importante considerar a  
246 participação de funcionários. Profa. Fabiana informa que na próxima reunião a ideia é a  
247 continuidade dessa proposta, divulgando a próxima data, uma vez que a forma de agendar  
248 as reuniões da CCEX, normalmente, acompanham as datas das reuniões do Conselho de  
249 Cultura e Extensão Universitária (CoCEX), marcando-se a reunião CCEX posteriormente à  
250 do CoCEX. Assim, toda a comunidade da FDRP, de docentes, discentes e funcionários,  
251 sempre receberá emails e convocações gerais sobre essas reuniões, pois a reunião ampliada  
252 acontecerá no horário seguinte à reunião da CCEX. Assim, se estiverem de acordo com essa  
253 metodologia, para que cada base, docentes e discentes, preparem a leitura dos documentos  
254 mencionados para se verificar o que há de diagnóstico e se falta algum outro diagnóstico.  
255 Prof. Fabiana lembra que, considerando o debate a ser realizado na segunda-feira, dia nove  
256 de maio, acredita-se que todos terão feito à leitura do documento do PPP, e nessa reunião  
257 será importante uma leitura mais atenta para verificar os pontos que tratam sobre extensão,  
258 definindo-se assim as tarefas desse grupo de reunião ampliada, e caso haja a necessidade de  
259 coleta de dados, formulem também um instrumento para essa coleta. Resumidamente, de  
260 imediato, possuem os documentos citados no slide, o documento fundamental que o Prof.  
261 Nuno se reportou sobre o Fórum Nacional e o documento sobre extensão da USP. Neste  
262 último documento o atual reitor fez algumas modificações de diretrizes que serão  
263 apresentadas na próxima reunião do CoCEX. Portanto, esses documentos da PRCEU  
264 também devem fazer parte das discussões. Profa. Fabiana reflete que a partir dos  
265 documentos de referenciais teóricos trazidos é possível perceber as disputas sobre o  
266 conceito de extensão sendo debatidos. Portanto, diante desses debates, a FDRP definirá seu  
267 conceito sobre extensão, sem desobedecer aos parâmetros nacionais e estaduais, com os  
268 quais estará em diálogo constante. Profa. Fabiana informa que as próximas reuniões serão  
269 mensalmente, às quartas-feiras, no horário de almoço, para viabilizar a participação de  
270 todos, tendo em vista o horário das aulas da tarde. Assim, haverá o teto de horário para as  
271 deliberações da reunião da CCEX, e posteriormente a reunião será aberta para a  
272 comunidade discutir as diretrizes de extensão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE DIREITO  
DE RIBEIRÃO PRETO

273 Presidenta agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião às 12h38. Do que,  
274 para constar, eu, Cristina P. G., Técnica para Assuntos Administrativos, lavrei e digitei  
275 esta Ata, que será examinada pelos senhores Conselheiros presentes à sessão em que for  
276 discutida e aprovada, e por mim assinada. Ribeirão Preto, 04 de maio de 2016.